



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA – PREGOEIRO DA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL – PORTO VELHO/RO**

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 551/2021/CEL/SUPEL/RO

Por e-mail: celsupelro@gmail.com

CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, com sede na Rua João Goulart, nº. 1766 – Bairro Nossa Senhora das Graças – Porto Velho – RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.077.176/0001-59, neste ato representada por seu Representante Legal, André Luiz Alves de Carvalho, brasileiro, casado, empresário, CPF: 530.061.782-20, doravante denominada **IMPUGNANTE**, vem, respeitosamente, perante V. Senhoria, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

do Pregão Eletrônico em epígrafe, com base no item 3 e seguintes do instrumento convocatório, bem como no artigo 41, §1º e artigo 109, alínea “d”, da Lei 8.666/93 e artigo 56, §1º da Lei nº 9.784/99, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir demonstrados.

Antes, porém, a impugnante considera relevante destacar que a presente impugnação é ato de colaboração com o Poder Público, na medida em que a realização de licitação escoimada de vícios, obscuridades ou lacunas, é do interesse não só da Administração, mas da coletividade, para que se



concretizem os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei 8.666/93 - que regem as licitações públicas -, máxime o da isonomia e o da legalidade.

I – DA TEMPESTIVIDADE

1. De proêmio, apenas por zelo e diligência, pertinente justificar, juridicamente, o cabimento da presente Impugnação. Primeiramente, colacionemos as disposições dos parágrafos 2º e 3º do artigo 41 da Lei nº. 8.666/93:

§ 2º O Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

2. De acordo com o Aviso de Licitação, publicado no site da SUPEL, a abertura do Pregão iniciará-se em 22/11/2021 às 10h00min (Horário de Brasília).

3. Conforme prevê o subitem 3.1 do Edital, em até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório do Pregão Eletrônico.

4. Leia-se:

3.1 Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 24 do Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: celsupelro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para

2



não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9269, ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio Central – Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: (0XX) 69.3212-9242.

5. Da simples leitura da cláusula editalícia, em consonância com o dispositivo legal supratranscrito, tem-se que os cidadãos interessados, possíveis licitantes, possuem até três dias úteis antes da abertura do Pregão para apresentarem suas Impugnações, as quais devem ser encaminhadas via e-mail.

6. Diante do exposto, tendo em vista o envio do presente ao Sr. Pregoeiro, via e-mail, em 16/11/2021 (terça-feira), incontestável é a tempestividade desta Impugnação, a qual de certa será acolhida para sanar as irregularidades constantes do Edital do procedimento licitatório, sob pena de violação à cláusula editalícia e à legislação correlata.

II – DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

7. A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO, deflagrou e publicou o Edital de Pregão Eletrônico em referência tem por objeto a Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional do Município de Colorado D'Oeste/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, a pedido do Núcleo de Alimentação, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Edital de Licitação.

8. Reconhece-se a importância desta licitação e o tempo dispendido para sua realização, todavia, remanescem falhas na composição de custos, que é a única ferramenta utilizada para estimativa de preços para licitação motivo pelo qual é oponente e necessária a presente impugnação.

9. Lembramos que o entendimento corrente na doutrina e na jurisprudência é de que o edital, no procedimento licitatório, constitui Lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação, sendo que, “ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia”, bem como os contidos no art. 3º da Lei das Licitações, *in verbis*:



“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHE SÃO CORRELATOS”.

10. Com a ressalva do devido respeito ao Ilustre Pregoeiro e a Gerencia de Pesquisa e Análise de Preços da SUPEL-RO, as exigências previstas no Edital não podem extrapolar a Lei das Licitações e suas alterações, tampouco deixar de atender a jurisprudência atual, sob pena de restrição da competitividade, a qual repercutirá em ilegalidade, conduzindo, eventualmente, até a nulidade do certame.

11. Segundo o saudoso HELY LOPES MEIRELLES, “o princípio da legalidade é o princípio basilar de toda a Administração Pública. Significa que toda atividade administrativa está sujeita aos mandamentos da lei e deles não pode se afastar ou desviar, sob pena de invalidade”. (In, Licitação e Contrato Administrativo, Melheiros, 11ª edição/1996, p. 34). Tendo matriz constitucional, o art. 37, caput, CF/88 estabeleceu vinculação ao princípio da legalidade também nas contratações públicas, determinando observância à lei de regência, que é a de nº. 8.666/93.

12. Não é sem razão que o aludido diploma legal, logo em seu art. 3º, estabeleceu como princípio fundamental também das licitações públicas, o da legalidade, sendo que nada pode fazer o Administrador Público, em tema de contratações, que fira a Lei nº. 8.666/93 e, em última instância, a Constituição Federal. Também não foi por outro motivo que, já no preâmbulo do Edital do presente Pregão está estampada como regência legal o disposto nas Leis nº. 10.520/02 e 8.666/93, em relação às quais não poderá o Edital se desviar, restringir ou limitar suas prescrições.

13. Esta é a conclusão insofismável a que se chega deste raciocínio introdutório: as cláusulas do ato convocatório devem ser interpretadas sempre em conjunto com a lei de regência, suporte da conduta do Administrador Público, nos termos de nossa Constituição Republicana. Sob tal pressuposto, passamos a apontar os vícios que maculam o presente Instrumento de Convocação.

a) VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO INCOMPATÍVEL COM OS PREÇOS DE MERCADO

14. Infere-se que os sistemas oficiais de referência da Administração Pública devem ter precedência em relação a utilização de cotações feitas diretamente com empresas de mercado, no entanto, o quadro estimativo de preços referenciado pela Administração se encontra defasado e desatualizado.

15. Conforme se verifica do disposto no item do Anexo I do Termo de Referência, o valor total estimado para licitação é de R\$ 712.601,60 (Setecentos e doze mil, seiscentos e um reais e sessenta centavos), para o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato.

16. Consoante se infere do referido edital, verifica-se que o valor máximo proposto para os itens 02 e 03 que compõe o lote único do certame apresentam-se muito abaixo daqueles praticados no mercado, considerando o tipo de fornecimento exigido pelo edital especialmente devido a pretensão de contratação inicial pelo longo período.

17. Conforme disposto o valor cotado e referenciado para os itens 02 e 04 – Almoço e Jantar - é de R\$ 8,99 (oito reais e noventa e nove centavos), valor este, muito abaixo do praticado no mercado atualmente.

18. Como sabido, as empresas participantes de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e, por outro lado, sem perder de vista princípios gerais, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

19. Neste interím, é necessário pontuar que compete a Administração buscar a melhor proposta, desde que seja compatível com a realidade do mercado.

20. Por óbvio que uma proposta com valor discrepante em comparação a realidade atual, embora possa parecer, a princípio ser aquela que de fato melhor represente o interesse público, torna-se inócua, por não haver compatibilidade entre valor e o objeto que se pretende contratar.

21. Portanto, por melhor proposta deve-se entender não somente aquela que oferecer o menor preço, mas também, e principalmente, a que guardar consonância com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração.

22. A estimativa de preços apresentada pelo órgão deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro.

23. Ocorre que no caso concreto, tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para a manutenção do fornecimento. Assim, o valor estimado para a prestação do serviço



licitado supracitado, apresenta indícios de inexecuibilidade, pois é insuficiente para cobrir os valores de investimento, custos do serviço, suprimentos, embalagens, bem como o salário, encargos incidentes sobre os salários, insumos, taxa administrativa, lucros, tributos e demais despesas que o objeto requer.

24. Neste sentido, a empresa licitante requer seja alterado o valor previsto para a licitação, de modo a compatibilizar com a realidade atual do mesmo para o serviço que se pretende contratar.

25. A pesquisa de preço é uma etapa **obrigatória** para o procedimento licitatório, sendo indispensável a verificação os preços existentes no mercado.

26. A Lei nº 8.666/93 define:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

27. As aquisições realizadas pela Administração devem estar pautadas pela busca no balizamento dos preços de acordo com o praticado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração, contudo, é imprescindível que ao realizar essa busca pelo valor real de mercado, a administração leve em consideração TODAS as nuances que envolvem aquela determinada contratação.

28. Nós precisamos estabelecer uma relação contratual justa, para tanto, a pesquisa de preços não pode simplesmente seguir o padrão de aceitabilidade condizente com o preço praticado no âmbito de outros órgãos e entidades, a Administração é obrigada a considerar a realidade de mercado atual, principalmente no Estado de Rondônia que possui um custo Amazônico para entrega de suprimentos.

29. A Administração deve estabelecer o preço estimado para contratação após ampla pesquisa de mercado, para composição de planilha orçamentária com base em **valores atuais e reais**, para que não haja apresentação de propostas inexecuíveis.

30. Neste sentido, realizando uma análise da pesquisa de preços apresentada no edital torna-se claro que foram utilizados como preço de referência contratos realizados no passado, e ainda, sem considerar a real situação do país, em que os produtos tiveram uma alta extrapolante de preços.

31. É cediço que a SUPEL vem deflagrando certames licitatórios em favor da Secretária de Justiça com o mesmo objeto (aquisição de refeições prontas) para localidades do estado diferentes, entretanto, nada justifica a discrepância desses valores, uma vez que o custo dos insumos é praticamente o mesmo.

32. Assim sendo, é inconcebível que um mesmo objeto tenha formação de preço tão distinta uma da outra, conforme quadro demonstrado abaixo:

VALORES ESTIMADOS - PREGÕES SUPEL/RO 2021					
ITEM	Nº PREGÃO	DATA DE ABERTURA	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR ESTIMADO
02	332/2021	12/11/2021	Pimenta Bueno	ALMOÇO	R\$15,48
03	332/2021	12/11/2021	Pimenta Bueno	JANTAR	R\$19,29
02	304/2021	18/11/2021	Rolim de Moura	ALMOÇO	R\$15,48
03	304/2021	18/11/2021	Rolim de Moura	JANTAR	R\$19,26
02	329/2021	30/11/2021	Nova Mamoré	ALMOÇO	R\$15,73
03	329/2021	30/11/2021	Nova Mamoré	JANTAR	R\$14,49
02	532/2021	25/11/2021	São Francisco	ALMOÇO	R\$8,99
03	532/2021	25/11/2021	São Francisco	JANTAR	R\$8,99
02	558/2021	23/11/2021	Alta Floresta	ALMOÇO	R\$8,99
03	558/2021	23/11/2021	Alta Floresta	JANTAR	R\$8,99
02	551/2021	22/11/2021	Colorado	ALMOÇO	R\$8,99
03	551/2021	22/11/2021	Colorado	JANTAR	R\$8,99

33. Conforme podemos observar, os valores estimados para o mesmo objeto, nos municípios de São Francisco do Guaporé, Alta Floresta D'Oeste e Colorado estão muito abaixo das demais localidades.

34. Agrava a situação narrada, o fato das pesquisas de preços terem sido realizadas na mesma época e a deflagração dos certames também serem de datas muito próximas. Somando ainda, o fato de que os municípios citados estarem fora do eixo da BR 364, o que encarece um pouco mais o custo dos

insumos se comparado a cidade de Pimenta Bueno, por exemplo, onde o fluxo de carga é maior o que facilita a chegada de insumos com um melhor preço.

35. Assim sendo, os valores estimados para os itens 02 e 03 do pregão em epígrafe são completamente impraticáveis. Eplico:

ALIMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Arroz cozido	8 colheres de sopa cheias	200 gramas
Feijão carioquinha ou preto cozido (alternadamente)	1 e ½ concha média	180 gramas
Guarnição (vegetal B ou vegetal C ou massa ou farinha) - pós cocção	2 colheres de sopa cheias	80 gramas
Carne branca ou vermelha (alternadamente) - pós cocção	1 Bife grande	120 gramas
Salada (Vegetal A e/ou B) crua ou cozida	-	80 gramas
Óleo p/ cocção	1 colher de sopa rasa	rasa 5 mililitros

36. Conforme exigido no instrumento convocatório, a futura contratada deverá realizar no almoço a entrega de: Um tipo de salada: podendo ser crua ou cozida; com pelo menos dois tipos de vegetais a cada refeição (pode ser repetida no máximo três vezes na semana) b) Um prato proteico (não pode ser repetido durante a semana) c) Uma guarnição (não pode ser repetida durante a semana) d) Arroz e feijão no almoço, todos os dias da semana, com cardápio variado, conforme quadro acima, pelo valor de **R\$ 8.99.**

37. A situação fica ainda mais agravadora no jantar, que possui o mesmo cardápio acrescido de uma fruta: maçã, banana, laranja, mexerica, goiaba, mamão, melão e melancia, a serem entregues sem repetição de qualidades, em quantidades consideráveis, pelo mesmo valor, ou seja **R\$ 8.99.**

38. É incontestável que o valor de referência para os itens de almoço e jantar são impraticáveis, o que torna o objeto completamente inexecutável.

39. É cediço que os preços dos alimentos no mundo dispararam quase 33% em setembro de 2021 em comparação com o mesmo período do ano anterior.



40. O dado é do índice de preços de alimentos mensal da Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO, que também identificou que os preços globais subiram mais de 3% desde julho, alcançando níveis que não eram vistos desde 2011.

41. O índice de preços dos alimentos é programado para registrar o resultado das alterações combinadas de preço numa gama de produtos alimentícios, entre eles azeites vegetais, cereais, carne e açúcar - e compará-los mês a mês.

42. Ele converte os preços praticados atualmente em um índice, que os compara aos níveis de preços médios entre 2002 e 2004. Esta é a fonte padrão para rastrear os preços dos alimentos, conhecidos como preços nominais (que não são ajustados pela inflação).

43. Para se ter uma ideia, entre abril de 2020 a abril de 2021, o preço das commodities agrícolas utilizadas na indústria de alimentos variou de 20% a 100%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

44. De acordo com o levantamento, insumos como milho, soja e arroz subiram 84%, 79% e 59%, respectivamente, ao longo do período analisado. **Já o trigo e o leite tiveram alta de 37%, enquanto o café robusta subiu 36% e o açúcar ficou 40%.**

45. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação começou a registrar um aumento gradual com a distribuição do auxílio emergencial em 2020. Desde então, o preço do óleo de soja subiu 87,89%, o arroz ficou 69,80% mais caro e a batata passou custar 47,84% a mais. Os preços mais altos, que pesam para as famílias mais pobres e vulneráveis, promoveram outro cenário para os supermercados.

46. O alerta sobre o impacto da pandemia nos preços dos alimentos vem crescendo, por causa de distúrbios no plantio, na colheita e na comercialização. No começo de abril, a ONU e a OMC alertaram para o risco de escassez de comida e o alerta foi reforçado pela professora da escola de políticas públicas Kennedy School, de Harvard, Carmen Reinhart, e pelo economista-chefe do Global Markets Research, Rob Subbaraman.

47. Em artigo publicado no site do Fórum Econômico Mundial, eles afirmaram que a escassez de ração animal, fertilizantes e pesticidas aumentou os custos da agricultura e o risco de quebra de colheitas.

48. Na categoria funcional, o município de Colorado D'Oeste/RO é classificado como um município de difícil acesso, ou seja, tudo é mais demorado e conseqüentemente mais caro, essa discrepância e



destoamento nos valores estimados os itens 02 e 03 precisam ser corrigidos, sob pena de ilegalidade, imoralidade e enriquecimento ilícito da Administração.

49. Ora, a lei, doutrina e a jurisprudência são pacíficos no sentido de que valores inexequíveis frustram a execução do contrato:

50. A Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, prevê a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis, assim considerados aqueles que “*não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente*”.

51. Tal previsão legislativa destina-se, a um só tempo, a: **a) minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir e b) tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.**

52. Nesse sentido, não deve a Administração licitar preços inexequíveis sob pena de frustrar a execução do objeto.

53. Eis a jurisprudência do TCU:

Nas licitações para a contratação de serviços, devem ser estabelecidos critérios objetivos para a aferição de preços inexequíveis no instrumento convocatório.

Acórdão 2586/2007-Primeira Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER

É permitida a averiguação da exequibilidade dos preços unitários ofertados nas licitações de serviços, exceto os de engenharia, não sendo permitido o estabelecimento de limites mínimos que conduzam automaticamente à desclassificação de proposta aparentemente inexequível.

Acórdão 363/2007-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

É ilegal a desclassificação de licitantes pela apresentação de propostas que contenham preços considerados inexequíveis, sem que antes lhe seja facultada a oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados.



Acórdão 1720/2010-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO

54. **Assim, deve a Administração ATUALIZAR os preços estimados da licitação, tal qual a realidade do mercado atual, sob pena de ser conivente com prestação de serviço de má qualidade, impossível de ser executado da forma especificada.**

55. Cumpre ainda observar que o Decreto Federal nº 3.555/2000 que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, descreve o seguinte regramento em seu art. 4º:

*Art. 4. A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, **JUSTO PREÇO**, seletividade e comparação objetiva das propostas.*

56. **OU SEJA, DA MESMA FORMA COMO SE BUSCA SALVAGUARDAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO PAGAMENTO DE PREÇO CONDIZENTE COM O PREÇO DE MERCADO, ESPERA-SE QUE SEJA REALIZADA A CONTRAPRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CONTRATADA POR PREÇO EXEQUÍVEL E CONFORME O ESTABELECIDO NO MERCADO.**

57. Portanto, o instrumento convocatório, tal como redigido, viola frontalmente os princípios da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa para Administração Pública, pelo que deve ser aditado para excluir as exigências editalícias que não sejam pertinentes com o objeto licitado, permitindo um maior número de participantes no certame.

58. E mencione-se, derradeiramente, a ofensa ao *princípio da igualdade*, que de igual modo constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que busca assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.

59. O *princípio da igualdade*, expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.



Na parte final, o dispositivo deixa claro que o procedimento da licitação somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

III – DO DIREITO

60. A ilegalidade da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não adjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições.

61. A Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

62. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços atualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável.

63. Insta salientar que todos os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

64. Ademais, o artigo 1º da Lei nº. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços – inclusive de publicidade –, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além dos órgãos da Administração Pública Direta, submetem-se a Lei nº. 8.666/93 os órgãos da Administração Pública Indireta, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas diretamente pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e os particulares, administrados – tantas pessoas físicas quanto jurídicas.



65. Em outras palavras, todo e qualquer sujeito de direito, público ou privado, se submete à Lei nº. 8.666/93, devendo esta ser integralmente cumprida, respeitada e velada. Dito isso, o artigo 3º do referido diploma legal estabelece, in verbis:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (...).

66. Note, ilustre Pregoeiro, que o Legislador se preocupa em garantir que as licitações sejam sempre respaldadas na legalidade e que nenhum ato cometido por agentes públicos ou licitantes maculem a trinca sagrada da Lei nº. 8.666/93, qual seja: a captação da proposta mais vantajosa à administração, o desenvolvimento sustentável da nação e o caráter competitivo do certame.

67. Assim sendo, diante de tudo o que se foi exposto nesta peça, eis que a estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

68. Tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para a aquisição dos insumos. Ainda, vale frisar que o particular, ao contrário da Administração Pública, visa o lucro na contratação. No entanto, o valor estimado para a prestação do serviço ora licitado, apresenta indícios de inexecutabilidade, pois não é suficiente sequer para abarcar o custo dos suprimentos.

69. Portanto, a ilegalidade da estimada constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito, e seus frutos sem efeito, tornando-o não adjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições.

70. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor. Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço



por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

71. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável.

72. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

“Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

73. Caso seja mantida a estimativa constante no Edital a contratada arcará com os gastos para prestar o serviço, o que não é permitido, configurando flagrante afronta ao princípio da legalidade e até mesmo da moralidade, pois a contratante, através de sua estimativa, tem como escopo receber um serviço sem a contraprestação justa e razoável pela execução do mesmo.

IV – DOS PEDIDOS

74. Pelos fundamentos jurídicos e de urgência, requeremos a adequação do edital, resguardando o direito das pretensas licitantes que querem participar da disputa, mas pelas ausências e obstáculos do instrumento convocatório, se veem excluídas.

Ante o exposto requer:



- 1) Seja o edital retificado, promovendo-se as devidas alterações, sob pena de frustrar a competição, além de ferir as normas e princípios que regem a matéria;
- 2) Seja realizada a revisão dos preços estimados, de modo que sejam consideradas as variações atuais de mercado, considerando ainda o aumento do custo amazônico para os insumos, em função do Corona Vírus.
- 3) Seja reaberto o prazo inicialmente previsto para abertura da sessão pública, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8.666/93.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Porto Velho-RO., 16 de novembro de 2021

CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.077.176/0001-59
ANDRÉ LUIZ ALVES DE CARVALHO